

IMPLANTAÇÃO DE ECOMUSEUS EM AMBIENTES INSULARES:

Estudos iniciais relacionados ao Ecomuseu Ilha Grande, RJ

Thereza Christina Almeida Rosso¹; Viviane Bernardes dos Santos²; Ana Carolina Figueiredo³; Ítalo Caldas Orlando⁴

Resumo - A partir da história da ocupação da Ilha Grande, no município fluminense de Angra dos Reis, o artigo discorre sobre a criação do Ecomuseu Ilha Grande, criado em 1994, quando a área passou a ser administrada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Constituído por 4 unidades: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Centro Multimídia e Parque Botânico, o Ecomuseu Ilha Grande busca ações de desenvolvimento social e de equilíbrio entre o meio ambiente, a população local, os pesquisadores, professores e estudantes universitários e o público amplo que frequenta a região. Apresentam-se ainda os principais desafios para sua implantação em ambiente insular e protegido ambientalmente por legislação específica.

Abstract - Including the history of occupation of Ilha Grande, located in Angra dos Reis city, the article describes the creation of Ilha Grande Ecomuseum, created in 1994, when the area became a part of Rio de Janeiro State University. Divided in four units: Prison Museum, Environment Museum, Multimedia Center and Botanical Park, the Ilha Grande Ecomuseum searches social development and balance actions between the environment, local population, researchers, teachers and university students and the wide public that visits the site. We introduce also the main challenges faced in the course of its development in an island field, protected by law.

Palavras-chave: Ambientes insulares, Ilha Grande, Ecomuseu.

¹ Professor Adjunto VII, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, Sala 5029, Bl. F, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, rosso@uerj.br.

² Bióloga, Mestranda em Engenharia Ambiental – PEAMB/UERJ, Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, Sala 5029, Bl. F, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, v.bernardesbio@gmail.com.

³ Graduanda em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia, FEN/UERJ. Rio de Janeiro, RJ, anacsfigueiredo@gmail.com.

⁴ Graduando em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia, FEN/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, italocaldasorlando@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

De forma geral, a pressão antrópica e econômica em zonas costeiras e ambientes insulares ocasionaram inúmeros problemas, geram conflitos no uso e ocupação do solo com sérios riscos à biodiversidade marinha e terrestre, em particular os manguezais e às populações locais.

Em decorrência de suas características, nestas regiões os problemas de infraestrutura, tais como: baixo índice de coleta e principalmente de tratamento de esgotos domésticos, deficiência nos sistemas de coleta de lixo, desmatamento, erosão, poluição das águas, escorregamento de encostas, etc, merecem atenção especial quando comparados às regiões continentais.

Agregam-se a tais fatos, as atuais preocupações com as possibilidades de fortes impactos associados aos fenômenos das mudanças climáticas. Segundo Rosman (2007), são três os efeitos esperados nestas regiões, sendo dois persistentes e um ocasional. O aumento do nível do mar, por conta do derretimento de geleiras, e a possível mudança na direção de propagação das ondas, devido alterações no regime de ventos, seriam efeitos persistentes. E o incremento na frequência e na intensidade de ressacas seria um efeito que impactaria a zona costeira em ocasiões de tempestade.

Como apresentado em Perez (2007), em termos de políticas públicas, apesar de uma série de iniciativas anteriores envolvendo a proteção dos sistemas estuarinos e das zonas costeiras, em diferentes áreas de atuação do estado (uso e ocupação do solo, saneamento, meio ambiente, etc.), o tema passou a ter maior importância no cenário nacional com a promulgação da Constituição de 1988 que declarou a Zona Costeira como Patrimônio Nacional⁵. Assim, foi instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e criados grupos para a sua implementação.

Por outro lado, sob o estudo de caso deste trabalho – a Ilha Grande - outra consideração deve ser observada. Localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro a Ilha Grande é protegida por lei desde 1971, a partir da criação do Parque Estadual da Ilha Grande (Decreto Estadual nº. 15.273). É considerada o segundo maior parque insular do Brasil. Como Parque Estadual, inclui-se como uma Unidade de Proteção Integral, que têm como objetivo básico a preservação da natureza, possibilitando em determinadas zonas ou áreas a realização de pesquisas científicas e em outras zonas ou lugares, atividades de educação ambiental e de recreação em contato com a natureza, sem prejuízo daquele objetivo básico.

Nesse sentido, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) vem atuando fortemente para a preservação desse espaço geográfico. Desde 1994 é cessionária das antigas instalações e benfeitorias localizadas na Vila Dois Rios – Ilha Grande, iniciando suas atividades de pesquisa

5 Constituição Federal, artigo 225, parágrafo 4º: “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

dirigidas a preservação e ao desenvolvimento sustentável da ilha e suas adjacências por intermédio do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS). Associadas a tais atividades, encontram-se as ações desenvolvidas a partir da criação do Ecomuseu Ilha Grande voltado às atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história, e da vida sociocultural da ilha.

Essa é a temática desse trabalho. Apresentam-se aqui os primeiros estudos realizados para a implantação do Ecomuseu Ilha Grande, bem como os principais desafios para tal implantação considerando as especificidades da região.

O trabalho discorre inicialmente uma caracterização da região seguida por um breve histórico de sua ocupação. A seguir descrevem-se sobre as principais características de um ecomuseu destacando-se o Ecomuseu Ilha Grande. Finalmente, apresentam-se os principais desafios da sua implantação em ambiente insular em área protegida por legislação ambiental específica.

O AMBIENTE DE ESTUDO – A ILHA GRANDE E O HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

A Ilha Grande faz parte de um conjunto de ilhas que caracterizam uma baía de mesmo nome no município de Angra dos reis, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Encontra-se localizada na Região Hidrográfica do Estado - RH-1, (Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande), conhecida como Costa Verde (figura 1).

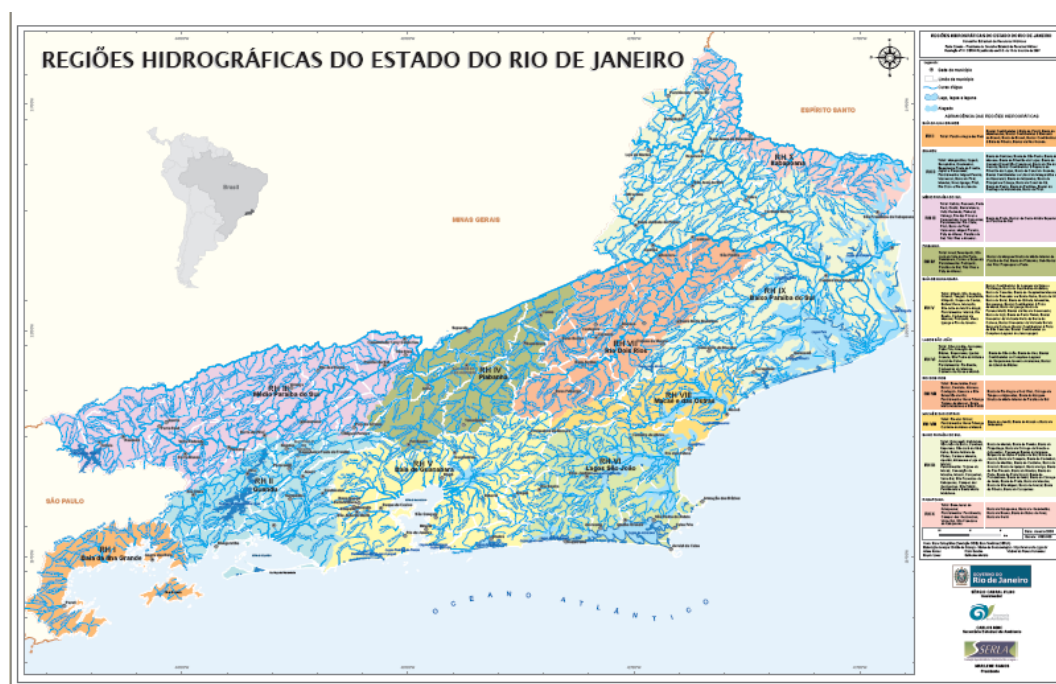


Figura 1. Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Resolução CERHI-RJ nº 18, 2006 – INEA.

Tornou-se um pólo turístico a partir da implosão das instalações carcerárias de Vila Dois Rios, em 1994, tratando-se de uma região com enorme potencial turístico e ambiental, por estar situada entre e próxima a dois centros urbanos extremamente desenvolvidos – Rio de Janeiro e São Paulo. A baía da Ilha Grande consiste em um bom exemplo de uso misto e, invariavelmente, conflituoso do espaço costeiro. Neste ambiente insular encontram-se um terminal petrolífero, duas usinas nucleares (Angra I e II), um grande estaleiro, um porto comercial, recentemente adaptado para serviços “*off-shore*”, e um terminal de minérios. O turismo, a pesca artesanal e a maricultura são outras atividades econômicas presentes, de geração de capital, desenvolvidas na região sem o devido reconhecimento e amparo legal (Bastos, 2006). Tais atividades econômicas associadas interagem e invariavelmente pressionam os ecossistemas costeiros da região (Bastos *et al*, 2009). Segundo Araña (1999) e FAO (2004), tais ambigüidades são inerentes à zona costeira e se constituem em um dos grandes desafios ao desenvolvimento local sustentável. Este corpo d’água também se localiza próximo às bacias de exploração de petróleo de Campos e Santos, ao Porto de Angra dos Reis, ao Estaleiro Verolme, ao terminal da Petrobrás, às Minerações Brasileiras Reunidas, ao Porto de Sepetiba e a um complexo industrial de grande impacto sobre a região. A proximidade com regiões urbanas, industriais e portuárias cria uma constante tensão entre desenvolvimento e preservação ambiental⁶.

A costa litorânea abriga um mosaico de fisionomias de alta relevância ambiental. Ao longo de toda a região podem ser encontrados áreas de Floresta Ombrófila Densa, manguezais, restingas, costões rochosos, brejos, lagoas, estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, todos apresentando diferentes espécies animais, vegetais e outros. Na formação florestal costeira, os manguezais merecem destaque por cumprir funções essenciais na reprodução da vida marinha. Em última análise, todos os espaços litorâneos da ilha possuem riquezas significativas de recursos naturais e ambientais, com forte relação com os aspectos culturais e históricos que também devem ser destacados. Os trabalhos realizados por Santiago *et al*. (2009), apresentam relatos dessa importância, descritos resumidamente a seguir.

Evidências arqueológicas atestam a presença do homem ‘pré-histórico’ na Ilha Grande, seguidas de dados históricos que demonstram terem sido os Tamoios, cuja nação se estendia de Cabo Frio, no litoral norte do Estado do Rio, até as proximidades de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, os primeiros povos a habitar o espaço em tempo posterior.

No século XVI, a ilha foi importante centro de abastecimento de embarcações, utilizada para obtenção de água e alimento, tanto por portugueses, para evitar os Tamoios no continente, como por piratas e contrabandistas, para evitar a fiscalização portuguesa. Durante os séculos XVI ao XIX, foi

⁶ Maiores detalhes sobre as estruturas econômicas e organização sociocultural podem ser observados em Bastos *et al*, 2009.

destaque internacional registrando episódios de pirataria, tráfico de escravos e contrabando de mercadorias.

Os primeiros registros sobre as tentativas de colonização da Ilha Grande datam de 1591, sendo que a colonização efetiva iniciou-se entre 1725 e 1764. As lavouras de cana de açúcar e café são as principais atividades no período, com destaque à fazenda de plantação de café da Vila Dois Rios.

A origem do presídio do Lazareto está no século XIX. No final do Império, já na década de 1880, com o rápido crescimento da imigração, o governo percebeu que era necessária a criação de um novo lazareto, ou seja, de um local para o isolamento de doentes portadores de doenças infecto-contagiosas. No caso, fundamentalmente a cólera. Técnicos do Império percorreram todo o litoral fluminense e paulista, e após inúmeros estudos, acabaram selecionando a Ilha Grande, um local àquela época praticamente deserto, mas próximo de Angra dos Reis e em uma distância não muito grande nem do Rio de Janeiro, nem de São Paulo, os principais destinos dos imigrantes. O local, portanto, fora escolhido devido à sua localização, mas também pela possibilidade de isolamento dos doentes.

Em 1884, o Império comprou, então, duas fazendas: a primeira, no lado voltado para o Continente, ia da Praia Preta até o Abraão. A outra, voltada para o Oceano Atlântico, denominada de Dois Rios, ia da Praia de Santo Antônio até Parnaioca.

Naquele mesmo ano, começaram as obras de construção do Lazareto na primeira fazenda. Construído em dois anos, a divisão de suas edificações assemelhavam-se à dos navios de imigrantes: havia um pavilhão de primeira classe, um de segunda e outro de terceira. Os dois primeiros estavam situados a 500m da praia, enquanto que o último fora construído à beira-mar. No complexo, além dos dormitórios, também havia restaurantes, laboratório bacteriológico, enfermaria, farmácia e jardins.

O surgimento do Lazareto e sua constante lotação exigiram algumas obras complementares pouco após sua inauguração: já em 1889 foi necessária a construção de um aqueduto para trazer água das montanhas até o complexo. Dois anos depois, em decorrência do crescimento trazido pelo lazareto, a vila do Abraão foi elevada a distrito de Angra dos Reis.

Pouco tempo depois, estas construções deixariam de ser apenas destinadas aos doentes. Em 1893, o Lazareto recebe seus primeiros presos: são os rebelados da Revolta da Armada. Gradativamente, o local passou a receber presos junto dos doentes até que, em 1913, acabou sendo fechado.

Com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, em 1932, Getúlio Vargas reabriu o Lazareto, mas desta vez apenas como prisão. Para o local, foram enviados os presos de guerra, entre

eles o escritor Orígenes Lessa. Após a vitória getulista sobre os constitucionalistas, o Lazareto voltou a ser apenas uma prisão normal.

No período da Segunda Guerra Mundial, o Lazareto, então Colônia Penal Candido Mendes, foi reformado no ano de 1940 e passou a receber os presos que estavam na Colônia Penal de Dois Rios. Aquela prisão destinava-se agora somente aos prisioneiros de guerra. Em 1962, durante o Governo Carlos Lacerda (1960-1965) a prisão foi desativada e demolida no ano seguinte. Restam hoje apenas uma galeria e o aqueduto.

A Colônia Correccional de Dois Rios foi criada em 1894 e instalada oficialmente em 1903, para afastar da cidade os bêbados e vagabundos - “presos comuns”. Ao longo de sua história a Colônia passou por inúmeras reformas, que foram lentamente a transformando em uma prisão de altos muros, de fuga muito difícil. Na década de 1940 passa se chamar Colônia Penal de Dois Rios. Durante a ditadura militar, já como Instituto Penal Candido Mendes, além dos presos comuns passou a receber presos políticos. Foi nesse Instituto Penal, considerado de “segurança máxima”, que foi criado o Comando Vermelho, em 1979. Seis anos depois, em 1985, foi realizada a mais espetacular fuga da Ilha Grande: José Carlos Encina, líder do Comando Vermelho, conseguiu fugir do presídio em um helicóptero. Em 1993, o presídio foi desativado. Em abril de 1994, foi semi-demolido pelo Governador Leonel Brizola.

Como apresentado, em termos legais, a Ilha Grande é protegida por lei desde 1971, com a criação do Parque Estadual da Ilha Grande, de acordo com o Decreto Estadual nº. 15.273. Outras legislações foram estabelecidas ao longo do tempo conforme pode ser visto na tabela 1.

A partir de 2007, somando-se a Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, a Ilha Grande passou a ter um total de 87% de área preservada por legislação específica, sendo ainda parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conforme Lei Federal nº. 9.985 de 2000 (ver figura 2).

Em termos de recursos hídricos, os estudos apresentados por Gama *et al* (2009), resumidos a seguir, caracterizam a região. As bacias de drenagem da Ilha Grande possuem, em geral, uma rede de canais pouco desenvolvida, de pequena ordem hierárquica, onde predominam bacias de 1ª e 2ª ordem de Strahler. A maior bacia da Ilha Grande é a do córrego das Andorinhas, que deságua no canto oeste da Enseada dos Dois Rios, na vertente SE.

Na vertente NE destacam-se as bacias dos córregos do Abraão e da Enseada das Estrelas, que fluem para a baía de Sepetiba.

Exceto a bacia do córrego da Enseada das Estrelas, as bacias com maior área de drenagem encontram-se situadas nas vertentes oceânicas da ilha.

Tabela 1. Legislações ambientais relacionadas à preservação ambiental da Ilha Grande.

Legislações	Descrição
Decreto Estadual nº 15.273/1971	Cria o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 16.067/1973	Demarca o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 2.061/1978	Dispõe sobre o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 2.648/1979	Acrescenta dispositivo no Decreto Estadual nº 2.061/78 (Parque Estadual da Ilha Grande)
Decreto Estadual nº 4.972/1981	Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
Decreto Estadual nº 9.452/1982	Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto Estadual nº 15.983/1990	Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro
Decreto Estadual nº 20.172 1/1994	Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto Estadual nº 3058 2005 Assinado em 2007	Amplia a área do Parque Estadual da Ilha Grande. Somando-se a Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, a Ilha Grande passou a ter um total de 87% de área preservada

Fonte: www.inea.rj.gov.br – acessado em junho de 2010, adaptado pelos autores.

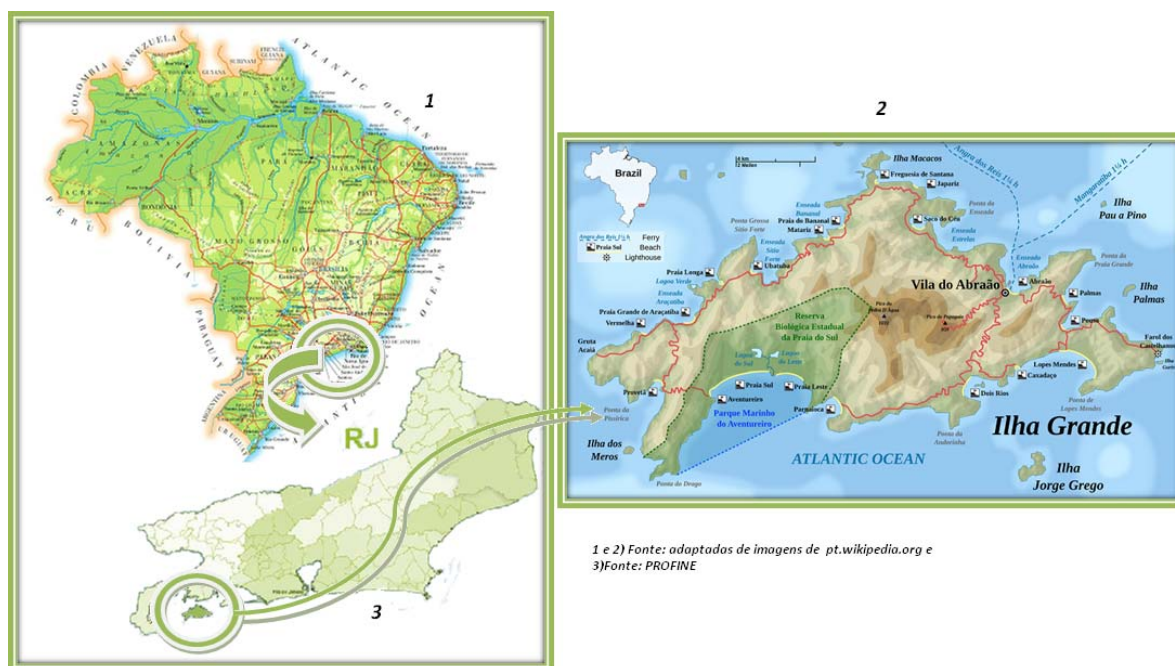


Figura 2. Localização e mapa da Ilha Grande com demarcações das reservas ambientais.

Fonte: Adaptado pelos autores.

Devido ao seu relevo montanhoso as vertentes voltadas ao mar aberto (SE e SW) encontram-se frontalmente expostas a entrada das frentes frias, principal fenômeno meteorológico responsável pela mudança do tempo na região. As frentes frias provocam o aumento da pluviosidade e da amplitude das ondas, causando, por vezes tempestades. Nesse sentido, a escarpa oceânica pode barrar, parcialmente, o fenômeno, tornando as vertentes continentais mais protegidas

ao efeito direto ao efeito direto das frentes frias. Portanto, as bacias hidrográficas que drenam as vertentes oceânicas talvez apresentem maiores taxas de erosão das enconcas e, consequentemente, sedimentação, do que as bacias da vertente continental.

SOBRE O ECOMUSEU ILHA GRANDE

Como forma de preservar esse ambiente insular com pouca ação antrópica pela própria história de sua ocupação, a partir de 1994, a UERJ passou a ser cessionária dessas antigas instalações e benfeitorias, que somam 32 km², atuando atualmente com as pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) e ações realizadas pelo Ecomuseu Ilha Grande.

Segundo Soares (2006), os primeiros estudos sobre Ecomuseologia ocorreram a partir de 1936 com o trabalho apresentado por Georges-Henri Rivière. Seu conceito efetivo e o início de ações práticas ocorreram na França na década de 1970, com os trabalhos realizados por Hugues de Varine.

Segundo a literatura especializada, o conceito contemporâneo de ecomuseu segue os atuais paradigmas científico-filosóficos em oposição ao modelo tradicionalista cartesiano. Dois principais aspectos devem ser observados em sua concepção: a *preocupação ecológica* e a *participação da comunidade local*, sendo a população onde este se encontra considerada fundamental para a formulação, execução e manutenção do mesmo.

Tais conceituações são as premissas básicas do Ecomuseu Ilha Grande. Composto por quatro unidades básicas: **Museu do Cárcere**, **Museu do Meio Ambiente**, **Parque Botânico** e **Centro Multimídia** (figura 3), o Ecomuseu Ilha Grande tem como seus principais objetivos o desenvolvimento de ações voltadas para atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha.

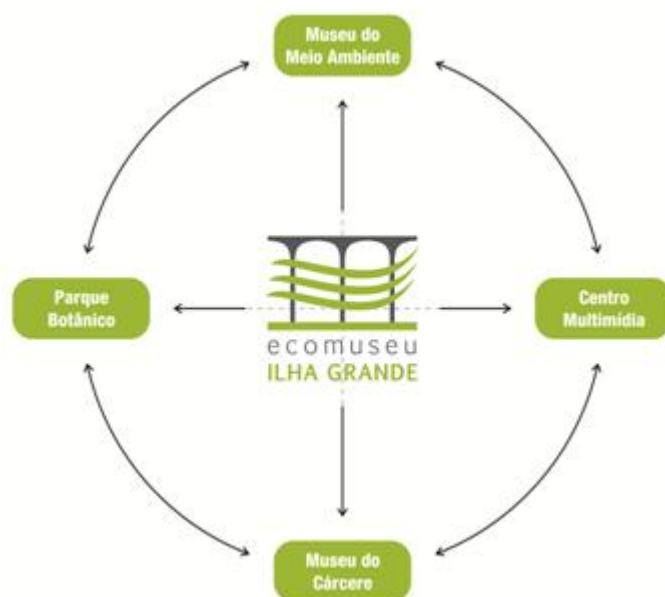


Figura 3. Apresentação esquemática das unidades do Ecomuseu Ilha Grande.

O Ecomuseu Ilha Grande teve a sua concepção prevista nos dispositivos legais de 1994, quando a UERJ passou a ser cessionária da área (ver **figura 4**), tendo sido criado oficialmente em 20 de dezembro de 2007. Em termos esquemáticos, tem-se a seguinte situação: o território é a própria ilha, ainda que os principais núcleos do museu estejam instalados no *campus* da UERJ em Vila Dois Rios; a população local é constituída pelos moradores de Vila Dois Rios, pelas comunidades das praias vizinhas e pela comunidade acadêmica que ali desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão. Esse conjunto museal articula-se a uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental que tem vínculos estreitos com comunidades globais (ECOMUSEU, 2009).



Fonte: Google Maps

Figura 4. Localização das instalações da UERJ na Vila Dois Rios na Ilha Grande.

Apresenta-se a seguir uma breve descrição de cada unidade tendo como base as considerações apresentadas por Lima *et al.* (2011).

Museu do Cárcere

A primeira unidade, o Museu do Cárcere, foi inaugurada de 05 de junho de 2009 e já registra grande fluxo de visitantes. A figura 5 apresenta o fluxo de visitação do Museu do Cárcere no período de junho de 2009 a maio de 2011.

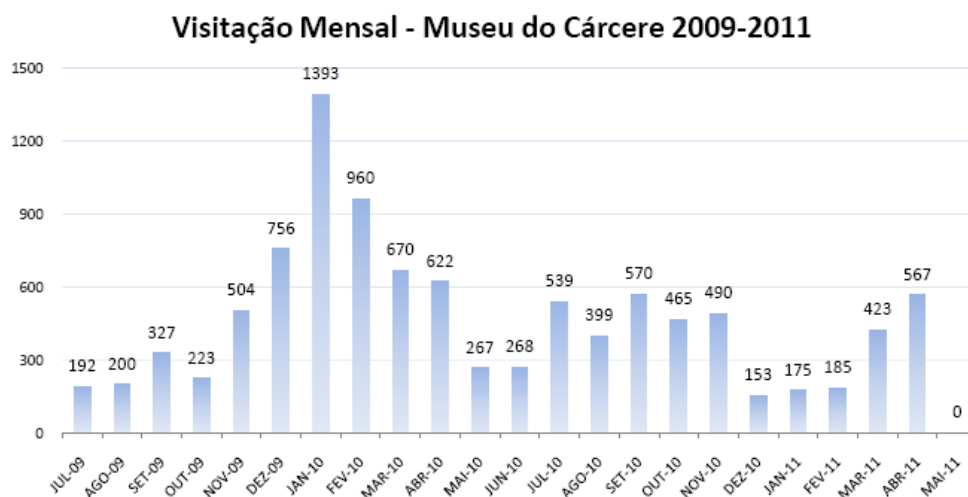


Figura 5. Fluxo de visitação do Museu do Cárcere – período 2009 a junho de 2011.
 Fonte: Fotos do Acervo do ECOMUSEU.

O Museu do Cárcere ocupa a portaria de entrada principal e a antiga padaria do Instituto Penal Cândido Mendes não demolidas com a implosão de 1994. Trata-se de um conjunto de salas que abriga exposições sobre a história das instituições carcerárias tanto da Ilha Grande, como do sistema carcerário do país. As figuras 6a e 6b apresentam imagens do local anterior às intervenções e imagens atuais.



(a)



(b)

Figuras 6. Vistas do Museu do Cárcere. a) Fachada do Pátio Interno anterior às intervenções e a parte já aberta à visitação na antiga padaria; b) Fachada Principal antes e já em funcionamento.

Fonte: Fotos do Acervo do ECOMUSEU.

O tratamento adequado das ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes tem por objetivo servir como importante fonte de reflexão sobre a violência presente nos sistemas carcerários brasileiros ao longo de um século de práticas carcerárias.

Além de seu papel fundamental de atender o público proporcionando educação formal e não-formal para amplos setores da população, o Museu do Cárcere oferece cursos gratuitos de formação de eco-monitores capacitando moradores a atuar como guias locais, atividades de arte-educação, atendimento às escolas e grupos de visitantes.

Visto que nenhuma instituição desenvolve trabalho semelhante, tendo por foco a salvaguarda da memória do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, em especial da Ilha Grande, o projeto pode ser considerado pioneiro, contribuindo assim para a formação da cidadania e para a reflexão sobre os direitos humanos.

Museu do Meio Ambiente

O Museu do Meio Ambiente tem a sua previsão de instalação no prédio mais antigo da região (ver figura 7), parte integrante da Fazenda Dois Rios, utilizado também como presídio feminino desde 1894. Sua importância histórica também deve ser ressaltada, pois foi nessa edificação que esteve preso Graciliano Ramos e que serviu de inspiração para seu livro: Memórias do Cárcere, publicado em 1953. Essa unidade do Ecomuseu Ilha Grande tem entre suas atribuições o desenvolvimento de atividades relacionadas à natureza, à preservação da biodiversidade, à educação ambiental, sendo ainda o principal elo entre a UERJ e a comunidade local e turistas no que tange à apresentação dos estudos e pesquisas realizadas no CEADS.



a)



b)

Figuras 7. Imagens das futuras instalações do Museu do Meio Ambiente. a) Imagem obtida em novembro de 2009. b) Imagem obtida em março de 2010.

Fonte: Fotos do Acervo do ECOMUSEU.

Como apresentado em Rosso (2010), por suas próprias características, as pesquisas e os projetos de recuperação do prédio do Museu do Meio Ambiente também são desenvolvidos de forma a transformar as suas instalações em uma edificação bioclimática apropriada e incorporada

aos conceitos de construção sustentável e ambientalmente adequada e que sirva de modelo de instalação que se concretiza dentro de uma área de preservação ambiental.

Entre os principais estudos estão previstos levantamentos e monitoramento de dados ambientais, aplicações de técnicas que visem à preservação de água, energia, e minimização de resíduos gerados. Pretende-se ainda realizar estudos relacionados ao conforto técnico, projeto de captação de água de chuva para posterior utilização para fins não potáveis, projeto e construção de telhado verde, entre outros. Todas as ações serão complementadas com atividades culturais desenvolvidas com a comunidade local objetivando a apresentação do projeto visando à preservação dos recursos financeiros aplicados e reconhecimento de práticas ambientalmente sustentáveis.

Centro Multimídia

No prédio do antigo cinema do presídio, que será restaurado e redimensionado, o Centro Multimídia concentrará o desenvolvimento de atividades e materiais de divulgação e informação relacionados à preservação do meio ambiente, história e cultura locais. Serão utilizados materiais multimídia em espaço próprio para exibição de cinema e vídeo, além da exposição de fotografias e artes plásticas.

O Centro Multimídia deverá constituir um acervo de documentos, referências bibliográficas e imagens sobre todo e qualquer tema relacionado à Ilha Grande, disponível em meio impresso ou audiovisual e por internet. Realizará pesquisa sistemática de matérias presentes na imprensa, em documentários e filmes já produzidos; bem como incentivará a realização de entrevistas com profissionais envolvidos com os temas selecionados. Construirá o Espaço Multimídia Ecovila Digital, visando o desenvolvimento da comunidade local no que se refere a apropriação da tecnologia – antigo anseio dos moradores – e a criação do primeiro programa de inclusão digital na Vila Dois Rios.

O Parque Botânico

As coleções de plantas vivas - jardins, arboretos, hortos e parques - são centros de importância direta para a conservação da biodiversidade e figuram dentre as diferentes ações estabelecidas para salvaguardar o patrimônio biológico global (REDE BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS, 2001).

O Parque Botânico do Ecomuseu Ilha Grande está inserido em uma área de grande riqueza natural, cuja importância biológica pode ser aferida por uma extensa legislação composta pelos

decretos que criaram o Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Reserva Biológica da Praia do Sul e Área de Proteção Ambiental dos Tamoios.

Dentro do propósito de contribuir para a conservação do inestimável patrimônio natural, os estudos relativos à Flora da Ilha Grande estiveram voltados, até o momento, para a difícil tarefa de catalogar e identificar as espécies existentes, o *status* de conservação das mesmas (Callado *et al.* 2009) e o registro histórico do uso dessas espécies na Ilha. Até o momento, foram identificadas 1143 espécies botânicas para Ilha Grande e o registro de uso de cerca de 100 espécies pela população local (Maioli-Azevedo e Callado, 2009).

A partir desses resultados foi elaborada a lista de espécies para compor o acervo do Parque Botânico, cuja missão será estabelecer uma coleção diversificada, compreensível e bem documentada de plantas vivas expostas em um cenário atrativo ao público, contribuindo para a conscientização da comunidade e representando um novo pólo de visitação, no qual se associam conhecimentos científicos botânicos, preservacionistas e históricos. Este último aspecto agrega uma importância ao acervo botânico proposto e o difere dos demais existentes no Brasil. Quando implantado, será possível identificar plantas de interesse em diferentes períodos de ocupação da Ilha Grande, incluindo o registro dos primeiros habitantes (povo dos sambaquis), dos períodos políticos do Brasil Colônia, Império e República. Além dos aspectos atuais, onde a seleção de espécies botânicas é o primeiro passo para o estabelecimento de medidas para conservação e recuperação das áreas degradadas.

PRINCIPAIS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO ECOMUSEU ILHA GRANDE

Em termos gerais, os desafios a serem vencidos pelo Ecomuseu Ilha Grande são os mais diversos. O fato de estar localizado em ambiente insular requer cuidados específicos. Dada sua localização, a simples tarefa da chegada de qualquer tipo de material ou compra, instalação e/ou manutenção de todo equipamento no local envolve uma logística cuidadosa e bem elaborada. Além disso, todos os materiais a serem utilizados, além de serem ecologicamente adequados, não devem ser suscetíveis à ação da maresia, entre outros aspectos.

O fato de estar em área protegida por legislação ambiental agrega outras ações e cuidados adicionais. Todas as benfeitorias e/ou reformas devem ser acompanhadas de projetos detalhados e de memorial descritivo que, além dos aspectos técnicos, devem ser acrescidos da necessária aprovação do órgão ambiental, no caso da Ilha Grande - o Instituto do Meio Ambiente (INEA). No caso específico do Museu do Meio Ambiente outros aspectos devem ser observados em sua implantação como edificação bioclimática. No uso de telhado verde, por exemplo, além de todos os

cuidados e detalhes de projeto, só poderão ser utilizadas espécies nativas da Mata Atlântica, próprias ao ambiente local.

O turismo é outro ponto importante a ser abordado. Em áreas naturais atua como agente impulsionador das economias locais, através da geração de emprego e renda, por outro lado, pode gerar alterações nos processos ecológicos dos ecossistemas, descaracterizando-os e contribuindo para o empobrecimento biológico, ecológico, paisagístico e cênico (Melo *et al.*, 2005).

Desta forma, o aumento do uso destas áreas para fins de recreação e lazer, constitui uma necessidade à busca de técnicas adequadas para avaliar, aplicar medidas mitigadoras e difundir informações adequadas sobre a relação entre ecologia e lazer (Midaglia, 1999).

A participação e envolvimento da sociedade local é fundamental para que os sejam realmente profícuos. Como observado, o Ecomuseu Ilha Grande procura abraçar a noção de patrimônio integral, seguindo os conceitos básicos da definição de ecomuseu. No entanto, como apresentado por Santos (2005), este não é um projeto que surge da comunidade local, acrescentando assim um desafio adicional. Segundo a autora, ao longo de praticamente um século observou-se a presença de instituições carcerárias na Ilha Grande, sendo as práticas cotidianas de antigos moradores marcadas pela hegemonia de uma instituição estatal forte, o ‘presídio’, que propiciava emprego, lazer, educação e assistência médica.

Com a desativação do presídio, a população perdeu um ponto de referência que a estruturava cultural e economicamente. A população que ainda reside na Vila Dois Rios, em sua maioria moradores que no passado trabalhavam em função do presídio, e que, mesmo após sua desativação em 1994, continuaram habitando a região, não se vê totalmente envolvida nas pesquisas já desenvolvidas, na sua maior parte de caráter extremamente especializada, de difícil entendimento para o morador local. Desta forma, os trabalhos de conscientização junto a esta comunidade são fundamentais para que se alcancem os objetivos propostos.

Além disso, por estarem hoje em área de preservação ambiental, as atividades anteriormente desenvolvidas por moradores locais, como pesca, caça, agricultura, queimadas e construção de canoas, tornaram-se práticas condenadas. Como área de proteção ambiental não é permitida: o corte de árvores, retiradas de mudas, prender, alimentar ou afugentar animais, exercer quaisquer atividades agrícolas, pastoris, caçar e pescar, a mineração e a ocupação residencial, comercial e industrial. Em virtude de tais limitações, a maior parte da população ainda não entende os benefícios das ações voltadas à proteção do meio ambiente, o que vem resultando em resistências em relação às práticas ambientais.

As perspectivas do aumento das atividades de pesquisas e ações extensionistas da universidade e o crescimento populacional em função das atividades turísticas fora das áreas de proteção ambiental também devem ser considerados. A capacidade de carga e a definição de

estratégias adequadas de redução de impactos ambientais devem ser observadas em todas as suas extensões. Nesse sentido, a infra estrutura local, ou seja, serviços básicos relativos ao fornecimento de água, luz, reciclagem de lixo e saneamento, devem ser cuidadosamente analisados visando realmente atingir o pleno desenvolvimento sustentável da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a Ilha Grande transformou-se de área de **segurança nacional** em área de **patrimônio nacional**, tendo a UERJ e, sobretudo, o Ecomuseu Ilha Grande papel fundamental na preservação desse ambiente.

A preservação do meio ambiente, da cultura, dos aspectos sociais e da história local serão os principais resultados que se pretende alcançar. Transformar-se ao longo do tempo de um ambiente carcerário em um grande laboratório para o desenvolvimento de um modelo que concilie os diversos usos deste espaço insular em sintonia com os pressupostos da preservação e sustentabilidade ambiental. O Ecomuseu Ilha Grande é um museu que, com suas bases firmemente assentadas no passado, convida a todos a vislumbrar o presente de forma sustentável e a participar da construção de um futuro melhor e mais justo socialmente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ. Especial agradecimento UERJ, notadamente à equipe do CEADS, às Sub-Reitorias de Extensão e Cultura (SR-3) e de Pós-graduação e Pesquisa (SR-2), colaboração e parceria da Prefeitura dos Campi da UERJ e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

BIBLIOGRAFIA

- ARAÑA, L. V. (1999). *Aquicultura e desenvolvimento sustentável. Subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira*. Ed. UFSC. Florianópolis. SC. 310 p.
- BASTOS M., PRADO, R.M.; SANTIAGO, A.M.A.; BIRMAN, P.; CATÃO, H.; MENDONÇA, T.; BAKKER, A.; FERRAREZ, A.; GILAYN, H.; MENDONÇA, M.; WIEDEMANN, M.; ZANATTA, R.; PEREIRA, V.; CRUZ, A.; ROSEIRO, T.; ARAÚJO, A. & ATTIANEZI, M. (2009) *Estruturas econômicas e organização sociocultural e política*. In: BASTOS M. &

CALLADO, C.H. (Orgs.). *O Ambiente da Ilha Grande*, CEADS/UERJ, Rio de Janeiro. v. 9. p. 371-470.

BASTOS, M.P. 2006. *Avaliação do efeito da biodeposição da malacocultura sobre a comunidade bentônica na Baía da Ilha Grande: subsídio à sustentabilidade ambiental da maricultura no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Oceanografia. Instituto Oceanográfico. Universidade de São Paulo. 156 p.

CALLADO, C.H. *et al.*, (2009) Flora e cobertura vegetal. In: BASTOS M. & CALLADO, C.H. (Orgs.). *O Ambiente da Ilha Grande*, CEADS/UERJ, Rio de Janeiro. v. 5. p. 91-162.

CERHI-RJ – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro. *Resolução nº 18: Aprova a definição das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2006.

ECOMUSEU (2010) - *Relatório Interno do Museu do Cárcere, 2010*, Sub-reitoria de Extensão e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

ECOMUSEU (2009) – *Material de Divulgação*. Sub-reitoria de Extensão e Cultura, 2010, UERJ, Rio de Janeiro.

FAO. (2004). Food Agricultural Organization. *Meeting the needs of the poor? The State of Food and Agriculture 2003 – 2004*. Agricultural Biotechnology. Rome. 228 p.

GAMA, S.V.G.; EIRADO SILVA, L.G.A.; SALGADO, C.M. *O Ambiente da Ilha Grande - Geologia, relevo e solo*. (Orgs Bastos, M. Callado, C.H.) – Rio de Janeiro, UERJ/CEADS, 2009, 562p.

LIMA, R.G.; CALLADO, C.H.; FARIA, G.; AVELATO, G.M.; ALMEIDA, G.R.; BASTOS, M.; ROSSO, T.C.A.; CASTRO, W.C. *As especificidades dos ambientes insulares: meio ambiente e cultura Estudo de caso do Ecomuseu da Ilha Grande – UERJ*. Interagir, 2011. Rio de Janeiro, RJ.

MAIOLI-AZEVEDO, V. & CALLADO, C.H. (2009). *Uso, manejo e conservação de espécies arbóreas dentro de uma perspectiva etnobotânica: o caso da Ilha Grande, RJ*. Relatório

Científico 1 – Bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica/TCT – 2008, FAPERJ, Rio de Janeiro.

MELO, R.S, CRISMPIM, M.C. & LIMA, E.R.V. (2005) – *O turismo em ambientes recifais: em busca da transição para a sustentabilidade*. Caderno Virtual de Turismo, 5(4):34-42. (disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=105>)

MIDAGLIA, C.L. (1999) - *Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias*. In: Lemos, A. (ed.), *Turismo: impactos socioambientais*. pp.32-56, Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. (ISBN- 8527103435)

PEREZ, M.L.; *Integração da Gestão dos Recursos Hídricos com a Gestão da Zona Costeira: Principais Desafios*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental – PEAMB/UERJ.

REDE BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS. (2001). *Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos*. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ROSMAN, P. C. C. *Elevação do nível do mar ligada a aquecimento global traz risco maior para a Baixada*. Globo On Line, 23 mar. 2007.

ROSSO, T.C.A. (2010). Projeto de Pesquisa: *Museu do Meio Ambiente: Ações para o saneamento ambiental*. FAPERJ, Rio de Janeiro.

SANTIAGO, A.M.A.; GUIMARÃES, C.; NOGUEIRA, I.; SANTOS, M.S. dos & SANT'ANNA, T. (2009). *História da Ilha Grande e patrimônio cultural*. In: BASTOS M. & CALLADO, C.H. (Orgs.). *O Ambiente da Ilha Grande*, CEADS/UERJ, Rio de Janeiro. v 8. p. 299-369.

SOARES. B.C.C. (2006) *Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia* Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio Ano 01, nº. 02, agosto de 2006. <http://www.unirio.br/jovemmuseologia/>.